



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

O DESCOMPASSO DA GOVERNANÇA CLIMÁTICA NAS CIDADES AMAZÔNICAS DO AMAPÁ

Símily Serique do Nascimento Serra¹; Maria Carolina Maziviero²

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano – PPU da Universidade Federal do Paraná, similyserra@ufpr.br, e pesquisadora do Grupo de pesquisa CNPq CUAL – Comuns Urbanos na América Latina.

² Docente no Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – MADE, e no Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano – PPU, ambos na Universidade Federal do Paraná, maziviero@ufpr.br. É pesquisadora do URBIO – Grupo de pesquisa CNPq em urbanização e conservação da biodiversidade, e do Grupo de pesquisa CNPq CUAL – Comuns Urbanos na América Latina.

GT 04: AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI: AVANÇOS, RETROCESSOS E NOVAS PERSPECTIVAS NAS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO CONTEXTO DE COP30.

RESUMO

A partir da iminência da COP30 como vetor de mobilização institucional nos países, sobretudo no Brasil, o artigo busca refletir sobre o descompasso entre a recente produção de políticas climáticas no estado do Amapá e a persistente desatualização dos planos diretores, complementares e setoriais, ou ainda de planos de ação climática locais nas cidades de Macapá e Santana. Essas duas cidades formam um binômio urbano estratégico com grande potencial para atuar de forma complementar na construção de uma Trama Verde e Azul robusta e integrada na região metropolitana. A proposta central é evidenciar a desconexão entre políticas estaduais e políticas urbanas, somado à crescente financeirização da crise climática, ampliam as disputas por visibilidade para o acesso a recursos em um cenário no qual a adaptação tende a ser seletiva e excludente. Utilizando análise documental de leis, planos, aliada a uma revisão crítica da literatura, o artigo visa contribuir para o debate sobre os limites da governança ambiental na Amazônia urbana, tensionando a distância entre d

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

discursos globais e práticas locais de planejamento.

Palavras-chave: governança climática, financeirização da crise climática, Amazônia urbana.

Destaques (highlights)

- Apesar dos avanços nas políticas climáticas do Estado do Amapá, como a criação de leis, os municípios de Macapá e Santana permanecem com planos diretores desatualizados e sem políticas locais de ação climática.
- A crise climática vem sendo tratada como oportunidade de mercado, em detrimento das resoluções dos problemas locais.
- As áreas urbanas amazônicas têm importância ambiental e social, mas carecem de gestão integrada.
- É necessária articulação das escalas de governo e adoção de uma governança climática baseada na justiça socioambiental.

INTRODUÇÃO

A crise climática global em curso está diretamente atribuída às atividades humanas, com destaque para a emissão de gases de efeito estufa (GEE), representando uma ameaça iminente ao bem-estar coletivo. Entre as consequências, há aproximadamente entre 3,3 a 3,6 bilhões de pessoas em vulnerabilidade, em países que menos contribuíram para as emissões históricas de CO² e são desproporcionalmente afetadas pelos seus impactos (IPCC, 2023). Soma-se a isso o fato de que a vulnerabilidade dos ecossistemas é um processo correlacional, ou seja, a vulnerabilidade de um ecossistema a um determinado impacto não é um fenômeno isolado, mas resultado da interação de diversos fatores, incl

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

uindo ações antrópicas (IPCC, 2023). A convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), concebida na Rio-92, estabeleceu um regime multilateral com responsabilidades diferenciadas no enfrentamento das mudanças climáticas. Nesse contexto, a UNFCCC estabeleceu a Conferência das Partes (COP), cúpula anual de negociação climática da ONU, que reúne 198 países, com a responsabilidade de implementar compromissos globais como o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris (COP 30 Brasil, 2025). A realização da COP 30 no Brasil, em 2025, especialmente na região amazônica, carrega um forte simbolismo político ao colocar as florestas tropicais – como a Amazônia – no centro das decisões e debates internacionais sobre a crise climática (Jacobini *et al.*, 2025).

Dada sua localização estratégica no bioma amazônico, o Amapá vem tentando se posicionar como um ator fundamental na governança climática, criando expectativas e demandas legítimas para participar ativamente de resoluções, mecanismos de financiamento e debates internacionais sobre o tema de forma a captar recursos climáticos. Isso fica evidente pela intensa preparação que o estado vem realizando com a formalização de leis como o Código de Governança Socioambiental, Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Mudança do Clima do Estado do Amapá (2025) e a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação e Incentivos aos Serviços Ambientais (2024), principalmente com a realização de inúmeros eventos que fomentam a temática. Apesar dos avanços recentes, percebe-se a ausência de instrumentos de planejamento territorial que incluam estratégias de adaptação e mitigação climática nos municípios, como nas cidades de Macapá e Santana, que concentram 75% da população do estado (IBGE, 2024) e cujos planos diretores estão desatualizados há mais de duas décadas. Britto e Pessoa (2023) advertem que os centros urbanos são os principais emissores de poluentes atmosférico e figuram entre os locais mais

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

vulneráveis aos eventos climáticos extremos, em um cenário marcado por intervenções humanas intensas, desigualdade socioespacial e deficiências no planejamento territorial. A desconexão entre as políticas estaduais e as práticas de planejamento municipais fragiliza a governança climática no Amapá, criando um cenário em que a crescente financeirização da agenda ambiental vem acirrando disputas por recursos e visibilidade política. Neste contexto, as prioridades técnicas e econômicas frequentemente sobrepõem-se a soluções e fetivas e inclusivas para as mudanças climáticas, reproduzindo desigualdades e marginalizando populações vulneráveis (Acselrad, 2022).

Desse modo, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre os limites e contradições da governança climática nas cidades amazônicas do Amapá, a partir da análise do descompasso entre os avanços institucionais estaduais e a persistente ausência de planos de ação climática municipais, dada a desatualização dos planos diretores, complementares e setoriais.

CENÁRIO URBANO-CLIMÁTICO: CARACTERIZAÇÃO DE MACAPÁ E SANTANA COMO CASO DE ESTUDO.

Macapá, capital do Amapá, e Santana, sua cidade limítrofe, são as mais populosas e economicamente dinâmicas do estado. Ambas estão localizadas na foz do rio Amazonas e compartilham o Igarapé da Fortaleza como limite natural entre os municípios. As relações socioeconômicas entre as duas são intensas, sobretudo devido à importância dos rios no transporte de pessoas e mercadorias. Além das conexões fluviais, as cidades também são integradas pelas rodovias estaduais Duca Serra e Josmar Chaves Pinto. Enquanto Macapá abriga o principal aeroporto do estado, Santana concentra a principal estrutura portuária (Junior *et al.*, 2025).

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Elas apresentam características socioeconômicas e ecológicas interligadas. O Amapá, embora seja um estado predominantemente urbano, abriga diversas comunidades, principalmente as ribeirinhas (Junior *et al.*, 2025). Um exemplo disso são as chamadas “áreas de ressaca”, como são conhecidas localmente, presentes em ambas as cidades. De acordo com Junior *et al.* (2025), essas áreas se caracterizam por serem regiões rebaixadas, com grande importância enquanto ambientes estuarinos. Em diversos trechos, são ocupadas por populações urbanas, o que gera desafios relacionados à infraestrutura e à oferta de serviços públicos adequados.

Takiyama *et al.* (2012) ressaltam que as áreas de ressaca, possuem grande relevância nas dimensões socioecológicas, econômicas e culturais, sendo fundamentais para o equilíbrio ambiental. Sua dinâmica está diretamente ligada ao volume de chuvas em suas áreas de influência, afetando tanto a ocorrência de enchentes quanto o conforto térmico. Além disso, essas áreas contribuem de forma significativa para a manutenção da biodiversidade. A relação da população com as ressacas é profunda, pois esses ambientes têm sido historicamente utilizados para atividades econômicas, sociais, culturais e de lazer. Os planos diretores de Macapá e Santana reconhecem a importância das áreas de ressaca. Em Macapá, elas são consideradas patrimônio ambiental, enquanto em Santana são valorizadas por sua função social na preservação do ecossistema, no aproveitamento turístico e no controle da ocupação e uso do solo urbano. Diante desses benefícios, estudos atribuíram um valor econômico aos serviços ambientais prestados por essas áreas nas duas cidades (Takiyama *et al.*, 2012).

Na zona periurbana de Macapá, encontram-se Áreas de Proteção Ambiental (APAs), como as do Rio Curiaú e da Fazendinha, que desempenham um papel importante na preservação dessas formações naturais. Já em Santana, a Reserva Part

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





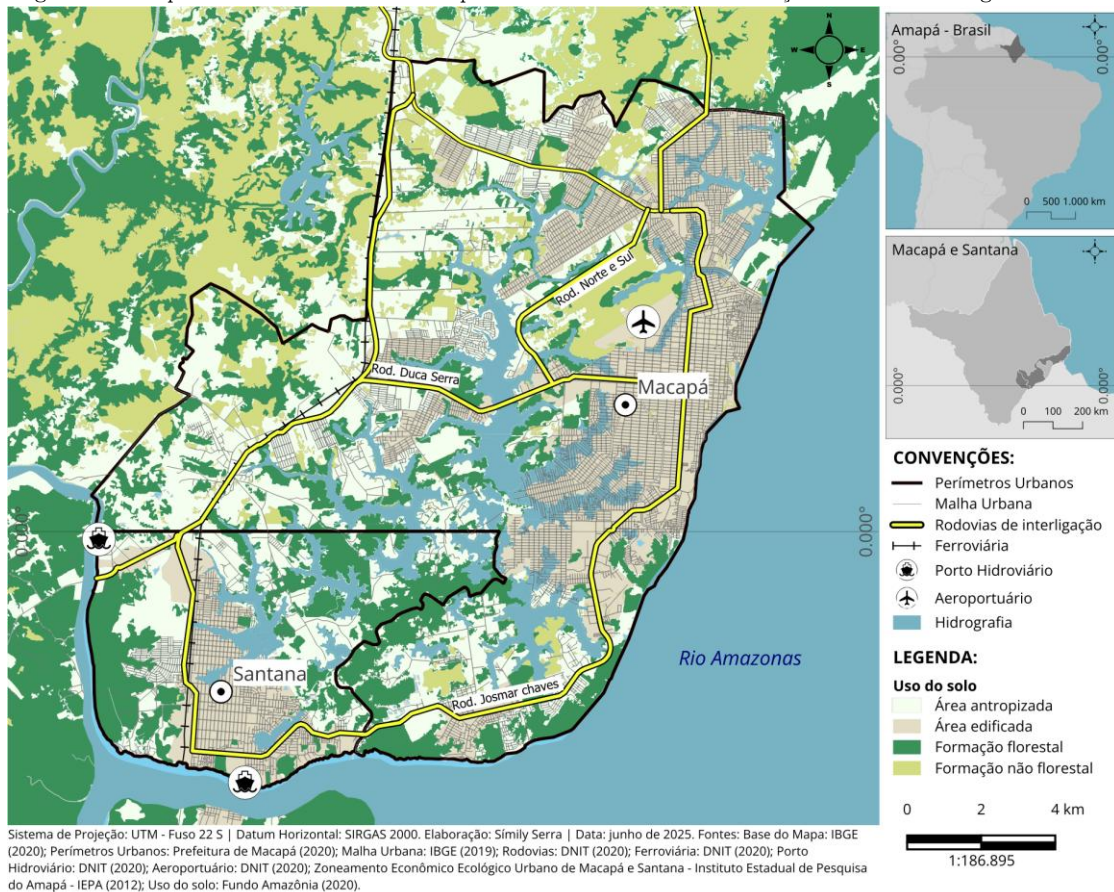
XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

icular do Patrimônio Natural (RPPN) Revecom se destaca como uma unidade de conservação privada voltada à visitação, proporcionando contato direto com a biodiversidade amazônica (Junior *et al*, 2025). A parte florestada dessas duas cidades, encontra-se fragmentada entre elas, entrecortadas por rodovias e pela conurbação urbana, prejudicando sua continuidade (Figura 1).

Figura 1: Mapa das cidades de Macapá e Santana e suas relações socioecológicas.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Diante disso, Macapá e Santana não apenas compartilham limites municipais, mas também uma profunda interconexão ecológica, especialmente no que diz respeito às áreas de ressaca. Esses ambientes, além de cumprirem funções ambientais fundamentais, como regulação hídrica, conforto térmico e conservação da biodiversidade, sustentam práticas sociais, culturais e econômicas enraizadas no cotidiano das populações locais. A presença conjunta das ressacas e

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Em ambos os municípios reforça uma dimensão territorial integrada, na qual os desafios urbanos, como as ocupações e a precariedade de infraestrutura, devem ser enfrentados com estratégias conjuntas, pautadas pelo reconhecimento de sua relevância socioecológica.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, promulgado em 2004, ultrapassou o prazo legal de revisão, permanecendo desatualizado por quase duas décadas. Embora Macapá (2004), trate de temas como equilíbrio ambiental, controle de riscos e preservação de áreas frágeis, não há qualquer menção específica aos conceitos com a temática “climática”. Pela defasagem temporal, não acompanha as diretrizes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) ou com as metas nacionais de redução de emissões. As medidas de drenagem, reassentamento de famílias em áreas de risco e proteção de ressacas são abordadas sob uma lógica de gestão ambiental urbana tradicional, sem vinculação direta aos novos marcos da governança climática.

Em Santana, o Plano Diretor Participativo, de 2006, igualmente apresenta diretrizes focadas na sustentabilidade ambiental e na qualidade urbana (Santana, 2006). Assim como em Macapá, o documento carece de qualquer referência à adaptação às mudanças climáticas, limitando-se a tratar de problemas ambientais como alagamentos, poluição atmosférica e áreas de risco de forma genérica.

Esse vácuo institucional nos níveis municipais contrasta com a recente elaboração de políticas estaduais voltadas à adaptação climática. Embora a Lei Complementar nº 169 de 2025 do Amapá preveja a elaboração de um Plano Estadual de Ações em Emergência Climática, que poderá futuramente estabelecer diretrizes para os municípios, o diagnóstico atual revela uma defasagem estrutural entre os avanços normativos estaduais e a realidade do planejamento ur

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

bano local, importante enfatizar que não há planos de adaptação climática nas duas cidades.

Tal cenário expõe um desafio concreto à governança climática na Amazônia urbana, sendo necessária articulação entre os diferentes níveis de governo e a atualização dos instrumentos municipais, de modo que estes contemplem, de maneira explícita e efetiva, as estratégias de mitigação e adaptação diante da intensificação dos eventos climáticos extremos.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica se dá por pesquisa qualitativa de caráter exploratório. A técnica de coleta de dados é feita por revisão documental crítica de documentos oficiais (como leis, decretos, relatórios, planos estaduais e municipais nas temáticas urbanas e ambientais), assim como o acesso a dados e estatísticos oficiais como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e SEMA-AP (Secretaria do Estado de Meio Ambiente do Amapá). Soma-se a isso revisão bibliográfica por meio de artigos científicos relacionados à governança climática, adaptação e mitigação climática, e financeirização da crise climática. Dessa forma, são consultadas plataformas como: Scielo, Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES. Como procedimento de análise, optou-se por uma interpretação cruzada entre dados empíricos (socioeconômicos, ambientais e de gestão urbana) e referenciais teóricos sobre justiça climática e planejamento territorial, permitindo avaliar criticamente como as políticas estaduais e a desatualização dos planos diretores de Macapá e Santana (AP) reforçam desigualdades socioambientais.

DISCUSSÃO

A escolha da Amazônia como sede da conferência reforça sua posição estratégica como bioma essencial para o equilíbrio climático global, ao mesmo tempo

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

em que evidencia os desafios históricos de desenvolvimento e governança enfrentados pelos países que compartilham esse território (Costa, 2024).

A COP30 tem funcionado como vetor de mobilização institucional, provocando governos, sociedade civil, universidades e o setor privado a repensarem suas estratégias de desenvolvimento sustentável e governança ambiental. No Brasil, em especial na Amazônia Legal, observa-se um movimento de instrumentalização do debate público, com o objetivo de reforçar o protagonismo amazônico nas negociações climáticas. Esta mobilização tem impulsionado a necessidade de delineamento de um projeto de sociedade sustentável para a Amazônia, que integre a conservação ambiental, a soberania territorial, o conhecimento tradicional e a justiça climática, tendo os amazônidas como sujeitos centrais do processo (Costa, 2024).

A formulação de políticas estaduais voltadas às mudanças climáticas no Amapá constitui um fenômeno recente, marcado pela promulgação de leis complementares entre 2024 e 2025. Esse processo reflete a tentativa do estado de alinhar-se às agendas climáticas nacionais e internacionais, ao mesmo tempo em que constrói uma narrativa própria centrada na sustentabilidade, na governança socioambiental e no incentivo a uma economia verde.

Costa (2024), argumenta que a COP 30 traz à tona a urgência da superação do histórico de subdesenvolvimento imposto à região, resultado de décadas de ações planejadas com base em interesses externos e descoladas das necessidades locais. Nesse sentido, a COP30 é vista como uma oportunidade de consolidar algo para a Amazônia por ela própria, de caráter multidimensional, que articule os níveis social, federativo, global e geracional, buscando romper com o ciclo de crescimento econômico excludente e a manutenção de um subdesenvolvimento sustentável.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

No entanto, a Amazônia não está descolada do sistema capitalista, logo, é necessário compreender esse contexto dentro desses processos. O avanço da financeirização da crise climática tem reconfigurado as formas como os riscos ambientais e os desastres urbanos são tratados nas agendas de desenvolvimento e governança (Nascimento, 2021). O que antes era reconhecido predominantemente como um desafio ambiental e social, hoje passa a ser enquadrado como oportunidade de negócios, com o crescente protagonismo do capital financeiro na definição das estratégias de enfrentamento climático. A crise climática, transformada em ativo de mercado, gera novas dinâmicas de mercantilização do espaço urbano e privatização de bens e serviços públicos, impactando diretamente as formas de gestão das cidades (Gantus-Oliveira, 2023).

Instituições multilaterais e bancos de desenvolvimento têm papel central na produção de agendas e na difusão de conceitos como os termos de “cidades inteligentes”, “urbanização sustentável” e “resiliência urbana”. O seu aumento expressivo de investimentos climáticos para energia limpa, agricultura sustentável e gestão de riscos, reforça essa tendência para o mercado (Nascimento, 2021). Além do aspecto financeiro, há uma disputa intensa pelo controle do discurso sobre as soluções climáticas. As narrativas hegemônicas tendem a priorizar soluções técnicas e econômicas, como tecnologias verdes e mercados de carbono, invisibilizando as raízes estruturais da vulnerabilidade social e ambiental (Acselrad, 2022).

De acordo com Gantus-Oliveira (2023), conceitos como o de resiliência, originalmente associado a sistemas socioecológicos, é apropriado e ressignificado no campo da urbanização neoliberal. A noção de “cidades resilientes” frequentemente serve como novo signo de capital fictício, promovendo intervenções que, em muitos casos, resultam em gentrificação e aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Essa construção discursiva alimenta processos de despolitização do debate climático, na medida em que reduz as dimensões sociais a efeitos colaterais controláveis da produção de riqueza. Essa tendência é reforçada por discursos neoliberais de descentralização e co-responsabilização individual, a responsabilidade estatal se descentraliza na gestão de riscos (Acselrad, 2022). A abordagem socioecológica compreende a sociedade, sistema natural e ambiente construído estão interligados e dependem uns dos outros, rejeitando a separação tradicional entre natureza e sociedade. Não se deve aplicar modelos ou políticas de gestão de riscos e resiliência, entre outros, vindos de fora sem adaptá-los ao contexto local. Em vez disso, precisa-se considerar a realidade, a história, a cultura e as condições específicas de cada cidade para enfrentar os problemas urbanos de forma mais eficaz (Gantus-Oliveira, 2023).

É fundamental destacar os fatores sociopolíticos que influenciam a forma como a questão climática é construída, legitimada ou negada. A ciência e a política operam em tempos e lógicas diferentes, e a polarização ideológica pode ser usada para adiar decisões sobre a crise climática. A fragilidade das políticas climáticas globais decorre da tolerância das elites ao impacto ambiental desproporcional sobre grupos vulneráveis, mantendo interesses privados vinculados a tecnologias ambientalmente nocivas. A insuficiente consideração dos aspectos sociais nas ciências adotadas por instituições governamentais limita sua capacidade de abordar a complexidade das implicações sociopolíticas das questões climáticas (Acserald, 2022).

Ambos os autores afirmam sobre a necessidade de ir além de soluções superficiais e mercadológicas, buscando uma compreensão pormenorizada da sociopolítica e o histórico dos problemas climáticos e da vulnerabilidade. Eles propõem uma politização do debate, valorizando o conhecimento local e as ações c

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

oletivas e de resistência, com o objetivo de construir uma resiliência genuinamente socioecológica que desafie as estruturas de poder e as desigualdades do capitalismo (Gantus-Oliveira, 2023; Acserald, 2022).

Assim, a COP30, para além do seu caráter diplomático, é vista como uma oportunidade concreta de reconfiguração das políticas socioambientais para a Amazônia, ao tensionar a relação entre os discursos globais e as práticas locais. Contudo, casos como o estado do Amapá, as políticas climáticas ainda se mantêm no campo das ideias e ideais. As instrumentalizações ainda não estão alcançando a dimensão local, como a das cidades, e pelo abismo de alcance com as políticas urbanas, continuam muito atreladas e preocupadas com o contexto de mercado no qual a temática climática se insere.

A base normativa da política climática no Amapá é composta, principalmente, pela Lei nº 3.128/2024 intitulada Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação e Incentivos aos Serviços Ambientais PECISA (Amapá, 2024); e pela lei complementar nº 169/2025 intitulada Código de Governança Socioambiental, Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Mudança do Clima (Amapá, 2025). Ambas fundamentam-se em princípios constitucionais e diretrizes federais, buscando legitimar a atuação do Estado frente ao desafio climático. Segundo Amapá (2025), a governança socioambiental adota um modelo participativo e multiator, que envolve instituições públicas, privadas, organizações da sociedade civil e diferentes segmentos sociais, com ênfase na responsabilidade de intergeracional.

Entre os principais eixos dessas políticas destacam-se a promoção de ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a conservação dos serviços ecossistêmicos e o incentivo a atividades sustentáveis. A redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), a proteção de sumidouros de carbono e a valorização de ativos ambientais, como a floresta em pé, são diretrizes cen

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

trais. Nesse sentido, o estado aposta na bioeconomia e em instrumentos econômicos e fiscais, como a criação de créditos de carbono jurisdicionais e o fortalecimento do ICMS Ecológico, com o objetivo de atrair investimentos e gerar alternativas econômicas para a população (Amapá, 2024; Amapá, 2025).

As legislações demonstram preocupação com as populações vulneráveis, como povos originários, comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares, reafirmando o compromisso com a justiça socioambiental e com a proteção de seus territórios, identidades culturais e conhecimentos tradicionais (Amapá, 2024; Amapá, 2025).

O arcabouço institucional inclui a criação do Sistema Estadual do Clima e Incentivo aos Serviços Ambientais (SECISA) e de instrumentos como o Plano Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas e o Plano Estadual de Ações em Emergência Climática (Amapá, 2024; Amapá, 2025). No entanto, é relevante observar que, embora o discurso oficial enfatiza conceitos como resiliência e sustentabilidade, a literatura crítica alerta para os riscos de apropriação desses termos por agendas neoliberais, nas quais a lógica de mercado pode prevalecer sobre os interesses das populações locais. Assim, a recente política estadual do Amapá representa, ao mesmo tempo, um avanço institucional e um campo aberto para disputas discursivas e práticas sobre os rumos da adaptação climática na região.

Apesar dos avanços recentes no âmbito estadual, a realidade dos municípios amapaenses revela um cenário de lacunas significativas no planejamento urbano e na integração da agenda climática em âmbito local. As duas principais cidades do estado, Macapá e Santana, possuem planos diretores desatualizados e estruturalmente desconectados das discussões contemporâneas sobre mudanças climáticas e adaptação urbana.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Mendes (2020) e Britto; Pessoa (2023) coadunam com a ideia de que as cidades são simultaneamente protagonistas e espaços centrais no contexto das mudanças climáticas globais e do Antropoceno. As cidades emitem a maior parte dos gases de efeito estufa, reúnem um contingente populacional, desigualdades sociais e interferências na natureza, o que as torna vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas (Britto e Pessoa, 2023).

Mendes (2020) propõe três perspectivas integradoras que revelam as estratégias de atuação das cidades na política internacional do clima: de escala, redes e tecnologias. No quesito escalar, o Estado, necessita realizar abordagens além das centradas nele próprio, envolvendo também diversos atores locais e da sociedade civil para que ocorra na prática. As redes envolvem a participação de cidades em grupos de cooperação internacional, que atuam no enfrentamento das mudanças climáticas, mas que possuem limitações pela falta de alcance prático. As "smart cities" agregam no uso tecnológico. No entanto, há risco de que a dimensão ambiental seja ignorada se o conceito se limitar à automação da gestão urbana.

Britto e Pessoa (2023) enfatizam a importância de integrar a gestão urbana, socioambiental e climática por meio de ações articuladas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Para isso, as políticas urbanas devem, de um lado, incluir medidas para a redução das emissões de gases de efeito estufa e, de outro, desenvolver planos e projetos de adaptação que reduzam a vulnerabilidade da população aos impactos climáticos. É fundamental, ainda, que essas iniciativas considerem as especificidades do contexto local, sejam incorporadas ao planejamento territorial e construídas com ampla participação democrática da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A análise realizada evidencia um descompasso marcante entre os avanços normativos e institucionais promovidos pelo Estado do Amapá no campo da governança climática e a realidade dos instrumentos de planejamento urbano nos níveis municipais. Enquanto o estado tem buscado projetar-se como um ator ativo na agenda climática nacional e internacional, observa-se uma ausência estrutural de políticas locais de adaptação climática, especialmente nas duas principais cidades amapaenses: Macapá e Santana, sendo elas com maior concentração populacional do estado do Amapá.

Essa lacuna reflete riscos associados ao processo de financeirização da crise climática, no qual o acesso a recursos e visibilidade política são mais relevantes que a efetividade e o alcance para quem realmente é afetado pelos problemas das mudanças climáticas. A distância normativa entre a escala estadual e municipal sugere que, sem um esforço coordenado de articulação multiescalar, as recentes políticas estaduais correm o risco de se materializar em como instrumentos mais retóricos que operacionais, reproduzindo uma lógica de planejamento climático dissociada das realidades socioespaciais locais.

O enfrentamento da crise climática nas cidades amazônicas requer uma abordagem que vá além das soluções tecnocráticas e mercadológicas. É necessário destacar a relevância socioecológica dos territórios amazônicos em ambientes urbanos que atinge o maior contingente populacional, como as áreas de resaca nas cidades de Macapá e Santana, que cumprem funções ambientais e sociais primordiais. As políticas não se efetivarem no alcance dessa dimensão, comprometem as estratégias de enfrentamento da crise climática, mas também invisibiliza e exclui a contribuição de atores importantes que possuem formas de vida e saberes que diferem de imposições hegemônicas e que dão possibilidade de enxergar soluções mais justas e integradas.

Apoio:



Realização:



anppas
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Desse modo, incorporar uma perspectiva de justiça climática, que reconheça e valorize os saberes locais, a participação social, que as políticas climáticas estaduais já citam, mas que superem o distanciamento de práticas com a ausência de uma articulação mais local e que tenha um olhar para o urbano amazônico garantindo que os processos de adaptação não aprofundem as desigualdades existentes, mas promovam, de fato, o resgate da dimensão socioecológica

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. O “social” nas mudanças climáticas. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 5930, p. 1-19, maio de 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5930>. Acesso em: 18 abr. 2025.

AMAPÁ. **Lei Complementar nº 169, de 09 de janeiro de 2025**. Institui o Código de Governança Socioambiental, Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Mudança do Clima do Estado do Amapá, e dá outras providências. Macapá, AP: Governo do Estado do Amapá, 2025

AMAPÁ. **Lei nº 3.128, de 22 de outubro de 2024**. Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação e Incentivos aos Serviços Ambientais, cria o Sistema Estadual do Clima e Incentivo aos Serviços Ambientais e cria o Comitê Técnico-Científico. Macapá, AP: Imprensa Oficial do Estado do Amapá, 2024.

BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva; PESSOA, Zoraide Souza.. Crise climática, cidades e reforma urbana: estado da arte de estudos e pesquisas. **Cadernos Metrópole**, v. 25, n. 58, p. 797-804, set-dez de 2023.

COP30 Brasil. **O que é a COP?** In: Sobre a COP30. COP30 Brasil, 1 abr. 2025. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/sobre-a-cop30/o-que-e-a-cop>. Acesso em: 20 jun. 2025.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **A Amazônia, Sustentabilidade e Soberania: estabelecendo a Arena para os debates durante a COP 30 em Belém**. Belém, PA: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA), 2025.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

GANTUS-OLIVEIRA, Talita. Cidades resilientes e a disputa sobre o discurso da agenda de redução de riscos e desastres. **Geosp**, v. 27, n. 3, p.1-19, set-dez de 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/200724>. Acesso em: 18 abr. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados, População residente**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

IPCC. **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. In: CORE WRITING TEAM; LEE, H.; ROMERO, J. (eds.). **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Geneva: IPCC, 2023. p. 35-115.

JUNIOR, Orleno Marques da Silva; SILVA, Eliane Aparecida Cabral da; BRITO, Daguinete Maria Chaves; AMARAL, Carla Fernanda Andrade Costa; MELÉM, Tayane Maria Ferreira; SILVA, Paulo Sérgio Ferreira da; SILVA, Wilkson do Santos. **Atlas geográfico escolar do Estado do Amapá**. 2. ed. Porto Velho, RO: Temática Editora e Cursos; Macapá, AP: Editora da Universidade Federal do Amapá, 2025. 156 p. ISBN 978-65-5273-079-4. Disponível em: [arquivo digital].

MACAPÁ. **Lei Complementar nº 026, de 20 de janeiro de 2004**. Diário Oficial do município de Macapá, Macapá, AP: 20 jan 2004, p. 1-82.

MENDES, Marcos Vinícius Isaias. Mudança global do clima e as cidades no Antropoceno: escalas, redes e tecnologias. **Cadernos Metrôpole**, v. 22, n. 48, p. 343-364, maio de 2020.

NASCIMENTO, Alexandre Sabino do. A urbanização planetária neoliberal e o discurso da resiliência e da urbanização sustentável: uma reflexão crítica em torno da nova agenda urbana global. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 30, n. 2, p. 318-335, jul-dez de 2021.

SANTANA. **Lei Complementar nº 002/2006 – PMS**. Prefeitura Municipal de Santana, Santana, AP: 2006, p. 1-98.

TAKIYAMA, Luís Roberto; SILVA, Uédio Robds Leite da; JIMENEZ, Erica Antunes; PEREIRA, Ronaldo Almeida; ZACARDI, Diego Maia; FERNANDES, Erylyson Farias; SOUTO, Flávio Augusto França; SILVA, Luis Mauricio Abdon da; SILVA, Marcio Sousa da; SANTOS, Maria Aparecida Corrêa dos; NETO, Salustiano Vilar da Costa; SANTOS, Valdenira Ferreira dos. **Projeto zoneamento ecológico econômico**

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá: relatório técnico final. Macapá: IEPA, 2012. 84 p.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

